

Política Curricular E Relações Raciais: O Estado Da Arte Nas Produções Da Anped

Raquel Amorim dos Santos
Wilma de Nazaré Baía Coelho

RESUMO

O estudo apresenta análise de artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área da Educação e Relações *Raciais*, com ênfase na educação dos afro-brasileiros. Especificamente neste trabalho, deter-nos-emos ao levantamento das produções encontradas nos Anais das Reuniões Anuais da ANPED (25^a a 34^a), relativas ao período de 2000 a 2011, as quais apresentam como ênfase temática em seu conjunto de textos: a política educacional, a política curricular, as políticas de ações afirmativas, o Movimento Negro e a Lei nº 10.639/2003. Utilizamos a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica. Na metodologia, seguimos a tendência para estudos de análise de Estado da Arte (MÜLLER, 2015) na área da Política Curricular e Relações *Raciais*. É importante salientar que, nos limites do presente texto, optou-se pela análise do dialogismo discursivo (BAKHTIN, 2003, 2010). Bakhtin (2003) aponta que o dialogismo se mostra nas muitas vozes criando e recriando sentidos e significados às palavras ditas e às não ditas entre locutor e interlocutor. Os resultados revelam que as pesquisas sobre Educação e Relações *Raciais* foram ampliadas na última década no Brasil, favorecendo a abertura de espaços de discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas escolas. Esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

● Professora Adjunta A da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança. Doutorado e Mestrado em Educação pela UFPA. Licenciada em Pedagogia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo, Formação de Professores, Relações Étnico-Raciais e Política Educacional. rakelamorim@yahoo.com.br

● Professora Associado II da Universidade Federal do Pará (UFPA), atua nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED), Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) e no programa em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM). Doutorado em Educação, pela UFRN, Mestrado em Educação, pela UNAMA, Licenciada em Pedagogia, pela UNAMA. Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN - 2014 - 2016). Consultoria ad hoc CNPQ e CAPES. Coordenadora do GT 21 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED -2015-2017). Integra a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros - Ministério da Educação (CADARA - 2015-2017). Coordenadora do Curso de Especialização Relações Étnico-Raciais para o Ensino Fundamental (2015-2016/MEC/UNIAFRO). Coordenadora da Linha Currículo e Escola Básica, do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB). Líder do Grupo de Pesquisa - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de professores e Relações Étnico-Raciais (GERAUFPA) Bolsista Produtividade CNPq - Nível 2 CA ED, desde 2010. wilmaelho@yahoo.com.br

Palavras-chave: Política curricular. Relações raciais. ANPED.

ABSTRACT

The study presents analysis of articles of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (ANPED), the Working Group Education and Ethnic-Racial Relations (GT-21), whose scientific production is located in the area of Education and Race Relations, with emphasis on education of african-Brazilian. Specifically in this work, stop we will the lifting of productions found in the Proceedings of the Annual of ANPED Meeting (25th to 34th), for the period 2000 to 2011, which have as a thematic emphasis on whole texts: educational policy , curriculum policy, affirmative action policies, the Black Movement and the Law 10.639 / 2003. We used a qualitative approach with application of literature. In the methodology, we follow the trend for State of the Art analysis studies (MÜLLER, 2015) in the area of Curriculum Policy and Race Relations. It is important to note that the limits of this text, we opted for the analysis of the discursive dialogism (BAKHTIN, 2003, 2010). Bakhtin (2003) points out that the dialogism shown in many voices creating and recreating senses and meanings to words spoken and unspoken between speaker and listener. The results show that research on Education and Ethnic Relations were expanded in the last decade in Brazil, favoring the opening of spaces for discussion and search for alternatives to minimize racial discrimination and prejudice in schools. These studies drive the debate about overcoming racism, discrimination and racial prejudice in different social fields.

Keywords: Curriculum policy. Race relations. ANPED

INTRODUÇÃO

A pesquisa tece análise acerca das temáticas Política Curricular e Relações Raciais, duas categorias basilares no campo dos Estudos Étnico-Raciais, no intuito de investigar como estas são concebidas nos artigos publicados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)³ (GT-21 – Educação e Relações Étnico-Raciais⁴)¹, nos anos de 2000 a 2011. Neste estudo, utilizamos a abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica (GATTI,

.....
⁰¹ Siss e Oliveira (2004) informam que o GT Relações Raciais/Étnicas e Educação foi fundado na 24ª Reunião Anual da ANPED com o apoio de mais de quinhentos associados individuais, e por inúmeras instituições de pesquisa científica, iniciando suas atividades durante a 25ª Reunião Anual da ANPED. Ao ser criado, os membros desse GT elegeram as associadas Professoras Doutoras Iolanda de Oliveira e Maria Lúcia Rodrigues Muller como Coordenadora e Vice Coordenadora do GT, respectivamente.

1983). Sendo assim, analisamos as ênfases temáticas identificadas no conjunto dos textos, tais como: *Política Educacional*, *Política Curricular*, *Políticas de Ações Afirmativas*, *Movimento Negro* e *Lei nº 10.639/2003*.

A metodologia seguiu para estudos de análise de *Estado da Arte*², proposta por alguns trabalhos que fizeram, em suas distintas abordagens, levantamentos da produção de pesquisas, respectivamente, nas áreas de Relações *Raciais* e Políticas de Currículo. Para Müller (2015, p.167) “as pesquisas do tipo “estados da arte” ou “estado do conhecimento” possibilitam a efetivação de um balanço da produção acadêmica de uma determinada área”. Para ela, “os mapeamentos são pesquisas em processo de contínua renovação, avaliação, modificação, verificação, já que é a partir deles que novos estudos podem ser pensados” (MÜLLER 2015, p.169).

O estudo trabalhou com artigos produzidos nas Reuniões Anuais da ANPED (GT-21), com as seguintes sistemáticas:

- a) levantamento dos artigos;
- b) leitura em cada reunião, por ano, a partir das ênfases temáticas elencadas acima;
- c) produção de tabelas. Nessas sistemáticas, buscou-se detectar artigos em que a política curricular aparecia de forma explícita, bem como aqueles em que se anunciavam preocupações ou potenciais sobre política curricular e relações *raciais*, mas não se denominavam claramente como política curricular e, por fim, procedeu-se a análise dos trabalhos, procurando evidenciar suas implicações teóricas e práticas.

É importante salientar, que nos limites do presente texto, optou-se pela análise do dialogismo discursivo³ (BAKHTIN, 2010). Desse modo, Bakhtin (2003) aponta que o dialogismo se mostra nas muitas vozes criando e recriando sentidos e significados às palavras ditas e às não ditas entre locutor e interlocutor.

O tema sobre Política Curricular e Relações *Raciais* formou-se nas últimas décadas como um campo de estudos emergente de interesses e posicionamentos múltiplos. Um conjunto significativo de pesquisas e trabalhos, que têm por objeto as Relações *Raciais* nos processos educativos, interpretados a partir de um espectro amplo de temáticas de interesse e perspectivas teórico-metodológicas, pode demonstrá-lo. A respeito disso, Gonçalves e Silva (2005) também categorizaram os estudos sobre Relações *Raciais* e Educação entre os anos 1980 e 1990, tomando por

⁰² A pesquisa baseou-se nos trabalhos de Silva (2008), a qual efetuou análise dos discursos sobre os seguimentos raciais negros e brancos em livros didáticos de Língua Portuguesa para o 5º Ano do Ensino Fundamental, produzidos entre 1975 e 2003. Tomando por base a ANPED, sobre teses e dissertações defendidas entre 1981-1998, encontrou 114 títulos sobre o tema livro didático, entre esses somente quatro relacionados a racismo (estereótipos, preconceito ou discriminação) (p. 23). Já Mainardes (2011) apresenta reflexões sobre as políticas curriculares no contexto da organização da escolaridade em ciclos. Tais reflexões foram formuladas a partir da análise de duas teses e 15 dissertações sobre essa temática, defendidas no período de 2000 a 2009, bem como a partir de outras publicações. Ver essa discussão ainda em Oliveira (2004), a qual apresenta um balanço dos 30 anos da ANPED, além de pesquisas sobre educação dos afro-brasileiros e o GT-21.

⁰³ A linguagem na visão bakhtiniana é de natureza sócio-histórica e se estabelece por meio da relação dialógica, constituída pelo fenômeno social da interação verbal. Ignorar a natureza social e dialógica do enunciado seria apagar a profunda ligação existente entre a linguagem e a vida (BAKHTIN, 2010).

base a ANPED, há um predomínio sobre as seguintes questões: identidades de crianças negras, estereótipos e preconceitos nos livros didáticos, identidade étnica de trabalhadores rurais, rituais pedagógicos enquanto mecanismo de discriminação racial, formação e trajetórias de professores negros e avaliação de experiências no campo da multiculturalidade (SILVA, 2003, entre outros).

Política curricular e relações raciais: o estado da arte

No levantamento geral dos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED, no recorte explicitado, foram encontrados dezoito (18) trabalhos que se relacionavam à Política Curricular e Relações *Raciais*. Conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de Publicações Anuais sobre Política Curricular e Relações *Raciais* (2000-2011), segundo a ANPED

Ano	FONTE DOCUMENTAL			GERAL	
	ANPED GT-21			Qtd.	%
	REUNIÕES ANUAIS	ARTIGOS	%		
2000	—	—	0	—	0
2001	—	—	0	—	0
2002	25 ^a	1	5,6	1	5,6
2003	26 ^a	2	11,1	2	11,1
2004	27 ^a	1	5,6	1	5,6
2005	28 ^a	4	22,2	4	22,2
2006	29 ^a	2	11,1	2	11,1
2007	30 ^a	1	5,6	1	5,6
2008	31 ^a	1	5,6	1	5,6
2009	32 ^a	2	11,1	2	11,1
2010	33 ^a	1	5,6	1	5,6
2011	34 ^a	3	16,7	3	16,7
TOTAL	—	18	100,0	18	100,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir do *site* da ANPED/GT-21 /2012

A Tabela 1 apresenta as quantidades de produções por Ano de Publicação (2000 a 2011), de acordo com o Tipo de Fonte Documental (ANPED GT-21) e Tipo de Projeto (Artigo). Nela, verifica-se que as publicações da ANPED GT-21 foram produzidas em sua maior parte no ano de 2005, com 22,2% do total, seguido pelo ano de 2011, com 16,7%.

Em relação ao tratamento metodológico, os estudos combinaram a pesquisa bibliográfica e análise de documentos, usando para o trabalho empírico: pesquisas apoiadas na análise de depoimento, nos estudos de um caso, nos estudos de caso do tipo etnográfico, nos estudos descritivos exploratórios e nos estudos de pesquisa-ação,

que fazem a análise da prática pedagógica, a história de vida, análise das práticas discursivas e pesquisa bibliográfica. Mais um aspecto que deriva desses estudos é a identificação das técnicas mais utilizadas nas pesquisas, quais sejam: entrevistas, análise de documentos, observação, questionário, diário de campo, ou dados que foram coletados por meio de fotografia, grupo de discussão e grupo focal.

Quanto ao enfoque teórico privilegiado, nem sempre eles estavam claramente definidos, mas foi possível identificar as contribuições das Ciências Sociais, da Sociologia e da Psicologia. Ainda identificamos a abordagem qualitativa (FLICK, 2004), destacando-se a pesquisa no campo da etnografia de Clifford Gertz e a pesquisa sócio-histórica (BURKE, 2000; LE GOFF, 1994; GINZBURG, 1989). Em menor número vem a abordagem fenomenológica, sociopoética e psicossocial (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001).

Nesses estudos, também se observou uma concentração de pesquisas sobre políticas de ações afirmativas e legislação antirracista, mesmo assim, as bases teóricas que subsidiaram as análises apontam para a referência à perspectiva crítica como base de interpretação dos dados. A referência comum foi na discussão sobre o sistema de cotas e Lei nº 10.639/2003, sendo frequentemente citados os autores: Silvério (2003), Silva e Silvério (2003), Santos (2005), Gomes (2000, 2001), Silva Júnior (1998), Mohelecke (2000), Siss (2003), Gomes (2003, 2006, 2008), Duarte (2008), Coelho (2006, 2009), Dias (2005).

Nos estudos que partiram da perspectiva do Estado para compreender as políticas educacionais e curriculares voltadas para a temática *racial*, foi comum a referência de Apple (1996), Anderson (1995), Barreto (2000) e Sacristán (1998) para analisar o Estado regulador centrado nas concepções das políticas neoliberais. Mas, observamos que, em relação à influência dos organismos internacionais como definidores de políticas Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), entre outros, os estudos apreciados apresentam um foco difuso, sem esclarecer de modo circunstanciado tal discussão nas pesquisas apresentadas.

Entre os trabalhos coletados nas Reuniões Anuais da ANPED destacamos aqueles que apresentam alguns indícios da perspectiva do Estado voltados para a temática racial, tais como: Veríssimo (2003), Gonçalves e Silva (2005); Rodrigues (2005), Souza (2009^a) e Marques (2011)⁴.

⁰⁴ VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas. 26^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2003; GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias, SILVA, Maria Vieira da. A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural: avanços e limitações. 28^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Movimento negro, raça e política educacional. 28^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005. SOUZA, Maria Elena Viana. Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. 32^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2009; MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. A manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do PROUNI. 34^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2011.

O estudo de Maria Valéria Barbosa Veríssimo⁵ analisa as políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso, no período de 1995 a 2002, em específico as políticas de ações afirmativas. A autora aponta que, a partir da lógica da eficiência, esse governo busca a reorganização da educação e mecanismos da avaliação de sistema, em âmbito nacional e em todas as modalidades. Acrescenta também que, apesar dos avanços das políticas educacionais, ainda há uma desconsideração as diferentes contribuições da diversidade brasileira.

Sendo assim, a autora argumenta:

o debate sobre políticas públicas de ação afirmativa na área educacional se restringiu as cotas nas universidades, o que levou ao empobrecimento da dimensão estrutural da reprodução do racismo e da dimensão política dos efeitos da política de discriminação positiva. Dentro da área educacional seria necessário propor um conjunto significativo de ações que viessem a combater de fato a reprodução do racismo nas várias dimensões dos espaços educacionais e nas suas diferentes modalidades. A ações precisariam ser coordenadas e implementadas articuladamente (VERISSIMO, 2003, p.14).

Assim, conclui que essas “lutas tem resultado em avanços”, entretanto, caberá à educação e, particularmente aos educadores, o desafio de propor ações que efetivamente possa rever o processo de exclusão da população negra dos bancos escolares (VERISSIMO 2003, p.14).

A análise da política de ações afirmativas, feita neste trabalho, partiu das políticas implementadas na década de 1990, dando continuidade às políticas de intensificação do acesso à educação, demandadas pelos organismos internacionais aos países da América Latina, cujo maior desafio era a permanência e qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Todavia, é justamente a partir dessa realidade que as políticas de ações afirmativas assumem uma dimensão política e vem se consubstanciando no debate da ordem do dia no Brasil.

O estudo de Luciane Ribeiro Dias Gonçalves e Maria Vieira da Silva refere-se à questão do negro e políticas públicas de educação multicultural. As autoras tecem análise a partir de três objetivos estruturais: construção histórica do processo racial; análise das políticas educacionais na década de 1990, observando os avanços e limitações dessas propostas e, por fim investigam as manifestações multiculturais no processo de escolarização veiculada pelo currículo escolar.

⁰⁵ Para fins de esclarecimento metodológico, optamos por anunciar o nome completo dos autores das pesquisas, aqui analisadas, para facilitar a identificação imediata dos mesmos. Entretanto, quando nos referirmos às citações dos trabalhos procederemos de acordo com as regras da ABNT.

Os argumentos trazidos pelas autoras em relação ao processo histórico das relações raciais apontam que a “resistência negra foi, por muito tempo, omitida pela escola, dando falsa imagem do negro indolente. A constatação de diferentes identidades abalou as estruturas curriculares marcadas pelo eurocentrismo”⁶. Sobre as políticas educacionais, as autoras sustentam existir acoplado à ideologia *racial* o objetivo da manutenção de poder e subordinação que, possivelmente, tenha contaminado as Políticas Públicas Educacionais e, conseqüentemente, as teorias de currículo por meio de uma visão eurocêntrica centrada na seletividade de seus conteúdos. Acerca das manifestações multiculturais no processo de escolarização, elas evidenciam que as práticas educativas emanadas do currículo oficial não tem possibilitado avanços rumo ao multiculturalismo.

Nesse texto, observou-se uma frágil discussão teórica sobre a temática e a polissemia do termo multiculturalismo e suas diversas abordagens no que tange a vertente mais crítica, também denominada multiculturalismo crítico ou perspectiva intercultural crítica (CANEN, 1999, 2001, CANEN; MOREIRA, 2001; MCLAREN, 2000).

No artigo produzido por Tatiane Consentino Rodrigues sobre o movimento negro, *raça* e política educacional, a autora analisa a importância e o tratamento da categoria *raça* na definição de políticas educacionais, a partir da apreciação da Constituição Federal/1988 e a LDB nº 9.394/96, especialmente a Lei nº 10.639/03. Em seu conjunto, há uma reflexão sobre como nos campos educacionais as culturas ocidentais são tomadas como modelo e que as demais culturas que não são oriundas desta região são abordadas de forma depreciativa, pejorativa e discriminatória. Nesta perspectiva, a história dos negros no Brasil é tratada com base no mito da democracia racial, provocando um forte prejuízo na construção identitária e cultural da população negra.

Em relação à concepção de currículo e a Lei nº 10.639/2003 em consonância com o papel do Estado temos o estudo de Maria Elena Viana Souza que investiga as providências curriculares sugeridas pela Lei nº 10.639/2003, bem como algumas metas do Parecer CNE/CP 3/2004. Baseada nesse Parecer, a autora parte da compreensão de que o Estado tem dever de promover políticas de reparações voltadas para a educação dos negros.

O estudo concebe o currículo como uma política cultural que “leve em consideração culturas diferenciadas daquelas que costumamos considerar: a cultura

.....
⁰⁶ Sobre a discussão acerca do processo histórico das relações raciais consultar: GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias, SILVA, Maria Vieira da. A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural: avanços e limitações. 28ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005.

pautada, predominantemente, em valores europeus” (SOUZA, 2009a, p.5). Em tal continente, subjaz um campo cultural no qual o conhecimento, o discurso e o poder se interseccionam de maneira a produzir práticas historicamente específicas de regulação moral e social. Desse modo, as experiências são produzidas, contestadas e legitimadas na dinâmica da vida escolar cotidiana.

Por fim, a autora conclui que as “escolas de Ensino Fundamental deveriam ser o local onde a igualdade de oportunidades fosse plenamente exercida, [...] privilegiam as propostas curriculares que reproduzem a ideologia cultural dominante” (SOUZA, 2009a, p.13).

Para Giroux (1997, p.124):

as escolas não são de forma alguma ideologicamente inocentes, e nem simplesmente reproduzem as relações e interesses sociais dominantes. Elas, [...] de fato exercitam formas de regulação moral e políticas intimamente relacionadas com as tecnologias de poder.

Na visão de Giroux (1997), a escola não é um elemento neutro, inocente, estático ou desinteressado das relações de poder, mas estabelece as condições sob as quais alguns indivíduos e grupos definem os termos pelos quais os outros vivem, resistem, afirmam e participam na construção de suas próprias subjetividades. A escola também materializa a regulação (moral e política) nas formas de conhecimento que constituem os currículos formais, bem como nas relações sociais escolares que penetram tanto o corpo como a mente dos alunos.

As escolas constituem-se como instituições históricas e culturais que sempre incorporam interesses ideológicos e políticos. Não raro, a forma como atribuem significados à realidade é fortemente contestada por diferentes indivíduos e grupos. Assim, as escolas são terrenos ideológicos e políticos, a partir dos quais a cultura dominante “fabrica” suas “certezas” hegemônicas; mas são também lugares onde grupos “dominantes” e “subordinados” se definem e se reprimem mutuamente em uma luta e um intercâmbio incessante, em resposta as condições sócio-históricas “propagadas” nas práticas institucionais, textuais e vivenciais, que caracterizam a cultura escolar e a experiência professor/aluno dentro de determinados tempo, espaço e local (GIROUX; MCLAREN, 2009).

O artigo de Eugênia Portela de Siqueira Marques versa sobre a manifestação do preconceito e da discriminação racial na trajetória dos alunos negros bolsistas do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), especificamente nos cursos de Direito e Pedagogia noturno, do Centro Universitário de Campo Grande – MS. Neste estudo

analisa-se a inserção de alunos negros na Educação Superior bolsistas do PROUNI e problematiza a presença do duplo preconceito e da discriminação racial no espaço acadêmico.

Associada a essa discussão da inserção de alunos negros na Educação Superior, verifica-se, também, um intenso debate sobre as políticas implementadas no governo “democrático” capitalista que atendam dignamente as reivindicações da população negra. Entendemos que a positividade aparente, dessas políticas possui, a um só tempo, a sua improbidade, à medida que acenam para a possibilidade de acesso à Educação Superior, em contrapartida, não viabilizam Políticas de Estado, estruturais e universais articuladas, que possam contribuir para solucionar as múltiplas desigualdades que predominam na sociedade brasileira.

Além dessas temáticas, centradas na perspectiva do Estado, consideramos importante analisar os estudos que abordam a perspectiva das políticas para a igualdade racial com destaque às *ações afirmativas*, as quais são entendidas como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de nacionalidade e de compleição física (GOMES, 2001), ou ainda como uma política pensada para a superação do preconceito e da discriminação (COELHO; COELHO, 2008).

O levantamento dos trabalhos que abarcam a temática de políticas de *ações afirmativas* no que diz respeito aos Anais das Reuniões Anuais da ANPED (25^a à 34^a) totalizou nove títulos. Todos os artigos de interesse foram lidos integralmente.

Em seu artigo, Ahyas Siss⁷, apresenta algumas considerações sobre Políticas de Ações Afirmativas e Educação dos afro-brasileiros. Expõe o autor as desigualdades de acesso à educação, de permanência em instituições escolares em qualquer dos seus níveis, de realização, bem como a trajetória escolar de alunos afro-brasileiros e brancos que, quando comparadas, revelam-se diferenciadas e sempre em detrimento dos afro-brasileiros. Nesse artigo, o autor adverte que há de se levar em consideração o contexto das relações sociais em que tais políticas estão inseridas, sobre pena de se operar reducionismos drásticos, tornando-se simplistas ou superficiais tais análises.

Após realizar um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, o autor conclui: “não se elimina privilégios históricos impunemente. Na maioria das vezes, um alto preço é cobrado. Felizmente, o resultado desse pagamento exigido, acredito ser a democratização da sociedade” (SISS, 2002, p.12). Esse estudo permite desvendar,

⁰⁷ SISS, Ahyas. Afro-brasileiros. Políticas de ação afirmativa e educação: algumas considerações. 25^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2002.

em parte, tanto o discurso oficial do Estado brasileiro quanto a luta dos movimentos negros por Políticas de Reparações, de Reconhecimento e de Valorização da população dos afro-brasileiros, situando a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em sua peculiaridade e particularidade.

Nesta direção, o artigo de Maria Valéria Barbosa Veríssimo⁸, *Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas*, faz uma breve contextualização das políticas na reorganização da educação a partir da conjuntura dos anos 1990. A autora avança no sentido de apresentar no campo educacional a luta dos movimentos sociais, especialmente os que tratam da denúncia de discriminação racial no trabalho, entre os quais destaca: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR). A partir das iniciativas desses movimentos, tem-se como resultado positivo a elaboração do Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho nos anos de 1999 pelo Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Assim, conclui que todas as medidas têm como eixo central “instituir cotas para negros e mulheres nos preenchimentos dos cargos de confiança, bem como exigir das empresas contratadas na prestação de serviços a inserção, em seus quadros funcionais, de um percentual de negros e mulheres” (VERÍSSIMO, 2003, p.11).

Geisa Magela Veloso⁹ relata a experiência da Universidade Federal de Montes Claros (UNIMONTES) sobre o sistema de reserva de vagas em seus cursos de Graduação e discute formas de acesso ao Ensino Superior. Aponta a partir da aplicação de questionários que a “a instituição de cotas na UNIMONTES não foi gestada, pensada e proposta por sua comunidade universitária” (VELOSO, 2005, p.2). Pela análise das concepções, reveladas nos discursos dos professores, a autora afirma: “para muitos, a resistência em relação às cotas esta articulada à crença de que o processo, em si, é promotor da discriminação social e racial” (VELOSO 2005, p.14).

Cláudia Miranda¹⁰ apresenta as narrativas sobre cotas em jornais ressaltando a probabilidade de fracasso por parte dos ingressantes contemplados pelo sistema de reservas de vagas nas universidades públicas. Faz ainda uma análise sobre as manifestações contrárias às cotas divulgadas em dois jornais (O Globo e Jornal do Brasil). Para tanto, tece considerações acerca da Pedagogia da mídia na perspectiva das políticas de branquidade, com base na discussão teórica de identidade branca em Liv Sovic e Vron Ware. Este trabalho aponta: “a re-interpretação das narrativas sobre

⁰⁸ VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. *Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas*. 26^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2003.

⁰⁹ VELOSO, Geisa Magela. *Cotas na universidade pública – direito ou privilégio?* 28^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005.

¹⁰ MIRANDA, Cláudia. *Narrativas sobre “cotas” em jornais: o híbrido e o grotesco nos discursos de resistência frente à perspectiva afrodescendente de interculturalidade*. 28^a Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2005.

cotas traduz uma necessidade de desvelarmos, sobretudo, em que medida os jornais trabalham para perpetuar seu lugar de reprodutor, por exemplo, de políticas de branquidade, por porta voz de grupos eurodescendentes” (2005, p.4).

No cômputo geral da análise, a autora evidencia que “a gravidade das desigualdades raciais está sendo rechaçada na construção do consenso sobre cotas e, os jornais reeditam um tipo de controle social que tem como foco a não-agência dos grupos subalternizados”. Portanto, “é necessário examinarmos o jogo retórico que desqualifica a consistente produção teórica sobre o racismo e seus desdobramentos no Brasil” (MIRANDA, 2005, p.12).

A crítica realizada pela autora acerca das narrativas sobre cotas veiculadas em jornais e emissoras de televisão, instrumentos midiáticos que tem força de convencer e forjar discursos hegemônicos, em que as “branquidades inquestionadas marcam esses territórios por processos de colonização e têm orientado culturalmente as estruturas sociais” (MIRANDA, 2005, p. 5). Em síntese, é possível ver a construção da cultura branca como modelo, justificando assim sua dominação por meio das ressignificações de lutas e reivindicações dos movimentos negros em prol de políticas de ações afirmativas para o enfrentamento e desconstrução da concepção essencialista nos campos sociais, inclusive o midiático.

Compreendemos, com o apoio de Coelho (2009), que o silêncio é um agravante no processo de respeito e entendimento das diferenças raciais e, conseqüentemente, na luta contra as visões essencialistas. Dessa maneira, a autora corrobora:

a cor no Brasil é como aquele sujeito que está só de corpo presente: ele está ali, mas ninguém vê, ninguém nota, ninguém se interessa. Todos sabem que está, mais não há manifestação, reconhecimento, valorização ou coisa que o valha que indique que aquele sujeito está vivo, é importante é querido (COELHO, 2009, p.162).

Em artigo publicado na ANPED, Coelho (2007)¹¹ ainda nos lembra sobre as definições de beleza ou de sua falta, atribuídas ao branco como modelo, no qual “a cor da pele, índice de destaque, continuava sendo índice de distinção na escola – quanto mais negra, menos importância” (2007, p.11).

Na esfera do Ensino Superior, Maria Suzana de Stefano Menin e Alessandra de Moraes Shimizu¹² fazem uma análise sobre as representações sociais de diferentes políticas de ações afirmativas para negros, afrodescendentes e alunos de escola pública na Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP). Para estas autoras, tais ações tendem

.....
¹¹ Sobre o Silêncio da cor consultar: COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Silêncio e cor: relações raciais e a formação de professoras no estado do Pará (1970-1989). 30ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação/ n.21, 2007.

.....
¹² MENIN, Maria Suzana De Stefano, SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Representações sociais de diferentes políticas de ação afirmativa para negros, afrodescendentes e alunos de Escolas públicas numa universidade brasileira. 29ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2006.

a construir uma identidade confusa entre os alunos negros, pois esses são vistos como oportunistas, em que:

os alunos negros de faixa salarial maior foram os mais cépticos em relação à capacidade dos beneficiários das medidas. Esse resultado parece evidenciar o fenômeno de ‘branqueamento’, em que os negros passam a se identificar com uma ideologia dos brancos (MENIN; SHIMIZU, 2006, p. 18).

De forma semelhante, podemos verificar que as considerações deste trabalho se aproximam dos resultados empreendidos no estudo de Miranda (2005) acerca da compreensão da política de branquitude como discurso hegemônico que tem tido orientado culturalmente as estruturas sociais.

Já os artigos de Regina de Fátima de Jesus¹³ abordam sobre as micro-ações afirmativas no cotidiano das escolas públicas, a partir da narrativa de três professoras da Rede Pública do Rio de Janeiro. Para a autora, as micro-ações afirmativas empreendidas nas narrativas dessas professoras são “ações comprometidas com a transformação da realidade de opressão com a qual convivem crianças e jovens negros em nossas escolas públicas” (JESUS, 2009, p.15). Desse modo, no artigo acerca das *Práticas pedagógicas* evidenciam-se micro-ações afirmativas cotidianas, destaca a autora “as práticas pedagógicas de caráter instituinte são micro-ações afirmativas cotidianas” (JESUS, 2009, p.2), portanto as incursões aproximam-se ao “desvelamento da realidade, comprometidas com o *conhecimento-emancipação*, puderam dar início a um processo de superação da condição de oprimida, passando a proferir suas próprias *palavras mundo* e propondo ações emancipatórias no cotidiano escolar” (JESUS, 2009, p.15).

Valquiria Reis Tomaim e Rita de Cássia Pereira¹⁴, em seu artigo, analisam as representações sociais de professores do Ensino Médio sobre cotas para negros na Universidade e expõem no processo de objetivação duas imagens: “a invisibilidade do outro” e “igualdade”. Segundo as autoras, essas representações sociais parecem ancorar em construções sociais que, no Brasil, historicamente associam-se à discriminação e prejuízos causados aos negros, o que supõe necessidade de reparações. Assim, elas concluem que as representações sociais de professores se ancoram no núcleo figurativo do mito da democracia racial amparado pela crença da meritocracia, cotas para pobres, omissão do racismo na escola, o que implica na construção positiva da identidade negra.

¹³ JESUS, Regina de Fátima de. Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas. 31ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2008; Práticas pedagógicas evidenciam micro-ações afirmativas Cotidianas. 32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2009.

¹⁴ TOMAIN, Valquiria Rodrigues Reis, LIMA, Rita de Cássia Pereira. Representações sociais de professores do ensino médio sobre cotas para negros na universidade: o mito da democracia racial. 33ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2010.

No trabalho de Valci Aparecida Barbosa e Elizeth Gonzaga dos Santos Lima¹⁵ as *ações afirmativas* aparecem em um Programa de Integração e de Inclusão Étnico-Racial (PIIER) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), especificamente no curso de Enfermagem. Nesse Programa, analisam a percepção de docentes e discentes (cotistas e não-cotistas). Os resultados demonstram que “os conceitos que ainda estão enraizados nos sujeitos pesquisados refletem atitudes discriminatórias mesmo que de forma inconsciente, contribuindo para sua subjetivação” (BARBOSA; LIMA, 2011, p.14). Assim, para autoras:

a Universidade como espaço de convivência científica e intelectual, não pode conviver ou aceitar atitudes racistas, preconceituosas e/ou de discriminação. Possibilidades de superação desses (pré) conceitos somente poderão ocorrer a partir das mudanças de concepções dos sujeitos, o que, pode acontecer pela educação e/ou reeducação dos mesmos (BARBOSA; LIMA, 2011, p.14).

Essa constatação coloca na ordem do dia a premência de políticas de *ações afirmativas* para democratizar o acesso e permanência no Ensino Superior dos grupos fragilizados econômica e socialmente (e não apenas os negros, como é o caso das cotas). Assim, é importante perceber que, na maioria dos artigos sobre *ações afirmativas*, as pesquisas se encaminham para a superação da compreensão distorcida das relações sociais, particularmente das relações étnico-raciais e, também, das que se desencadeiam no interior do Ensino Superior, fomentadas pelo mito de que no Brasil viveria a experiência de uma *democracia racial* sob os auspícios de uma sociedade hegemônica.

Ainda há um conjunto de textos que abordam a perspectiva das políticas para a igualdade racial com destaque para aqueles que tratam sobre a *Lei nº 10.639/2003*, a qual apresenta uma trajetória singular, ela surge da demanda do movimento negro pela formulação de Políticas Afirmativas que dirimissem as enormes desigualdades que distinguem os brasileiros pela cor da pele (BRASIL, 2003, 2004; COELHO; COELHO, 2008; ROCHA, 2008).

Maria Cristina Rosa¹⁶ no artigo *Os professores de Arte e a inclusão: o caso da Lei nº 10.639/2003*, buscou resgatar junto aos docentes a existência de práticas de ensino em consonância com os pressupostos da Lei nº 10.639/2003. De modo geral, faz uma análise sobre o conceito de identidade, tomando-a como relacional, construída a partir de elementos simbólicos e sociais dentro do contexto em que se insere o sujeito,

.....
¹⁵ BARBOSA, Valci Aparecida, LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Programa de integração e de inclusão étnicorracial: ações afirmativas na UNEMAT – uma questão de (re) educação. 34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2011.

.....
¹⁶ ROSA, Maria Cristina. Os professores de arte e a inclusão: o caso da Lei 10639/2003. 29ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2006.

sendo então externa a ele, podendo ser construída tanto com elementos negativos como positivos.

Com base em Woodward (2000), a autora pensa identidade brasileira como um processo relacional, à medida que o sujeito que se identifica o faz por aspectos simbólicos relativamente a outras identidades. Aspectos que são símbolos para um grupo podem levar a uma identidade. Ainda segundo a autora, dentro do aspecto de uma identidade nacional poderá haver diferenciações internas de classe e de gênero. “Os aspectos psíquicos também fazem parte da percepção da identidade, juntamente com as dimensões sociais e simbólicas” (ROSA, 2006, p.4).

Em suas conclusões, a autora ressalta dois aspectos: a) o estranhamento em relação aos desafios postos na realidade, deslocando algumas vezes o objeto de estudo; b) a singularidade e os múltiplos olhares da realidade circundante. Por vezes, o próprio debate acerca dos resultados da pesquisa no contexto da escola pode favorecer a análise crítica sobre o trabalho realizado. No caso da pesquisa sobre a própria prática, o registro atento das atividades construídas cotidianamente é fator fundamental para o rigor da pesquisa. Esta atividade ajuda na ampliação do compromisso do professor com sua ação pedagógica.

O artigo de Amauri Mendes Pereira¹⁷ discute entraves entre educadores, mesmo alguns mais engajados na implementação da Lei – assumidamente *agentes da Lei*: desde a ingenuidade com que, muitas vezes, assimilamos temáticas, conceitos, conteúdos, e duas fontes às dificuldades para lidarmos com algumas questões básicas, como o conceito de História e Cultura Afro-brasileira e a articulação de conteúdos capazes de dar conta da sua complexidade.

Ao abordar as questões conceituais sobre Lei, considera um conceito em construção. O exame do autor se fez com base em quatro aspectos levantados: a) aspectos políticos dessas trajetórias; b) as caracterizações e sentidos das manifestações culturais e religiosas; c) questões de identidade; d) soluções pragmáticas para o enfrentamento do preconceito e da discriminação racial. Neste trabalho, verifica-se um descompasso em relação à implementação da Lei, pois se de um lado existe a Lei como instrumento jurídico a ser efetivado na escola, por outro se tem as dificuldades e o despreparo dos profissionais de educação que não tiveram nenhum tipo de orientação pedagógica para tratar da questão racial. Assim, Pereira (2007, p.16) conclui que a “práxis dos educadores é uma instância de responsabilidade para a implementação da Lei”.

¹⁷ PEREIRA, Amauri Mendes. “Quem não pode atalhar, arroteia!”: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei 10.639/03. 30ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2007.

Maria Elena Viana Souza¹⁸ abordando essa mesma perspectiva, apresenta dois artigos em que discute a Lei nº 10.639/03 em escolas públicas do Município do Rio de Janeiro, objetivando trazer subsídios para a implementação da Lei em consonância com a proposta curricular veiculada pela escola pública de Ensino Fundamental. Assim, afirma que: “o silêncio sobre a problemática racial ainda faz parte da postura de alguns professores, revelando que o currículo nunca é uma proposta neutra de conhecimentos” (SOUZA, 2011, p.1). As considerações finais, apresentadas pela autora, direcionam ao estabelecimento da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, o qual o Estado cumpre, em parte, a demanda da população negra por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos. É cumprida em parte porque não basta promulgar a Lei, seria preciso implementá-la, dando condições aos estabelecimentos de ensino para operacionalizá-la. Evidentemente tal operacionalização exige um esforço maior do poder público no que se refere à formação de professores, em serviço ou não. Essa é uma das dificuldades na aplicação da Lei.

CONCLUSÕES

Nesse conjunto de artigos, que engloba as discussões acerca das *políticas educacionais*, especialmente as políticas para a igualdade racial, *Ações Afirmativas e Lei nº 10.639/2003*, as inflexões são as mais diversas, algumas demonstram maior fundamentação teórica e apresentam reflexões mais aprofundadas sobre as políticas educacionais voltadas para a população negra. Outras se limitam a expor o que foi feito e a tecer breves comentários sobre os objetivos atingidos.

De modo geral, surgem algumas categorias estruturais, como racismo, desigualdade racial e discriminação direcionada à população negra, que impregnam a sociedade brasileira e, no que diz respeito à educação, infelizmente, a situação não é diferente. Entretanto, consideramos que a educação escolar, em uma perspectiva antirracista, não pode ser a transmissão acrítica dos conhecimentos que o Estado e as demais instituições dominantes consideram legítimas, seja por meio do currículo, seja por meio das práticas instituintes na escola.

Assim, a análise do *corpus* dos anais da ANPED proporcionou a síntese dos resultados da pesquisa retratados no Quadro 2 a seguir:

.....
¹⁸ SOUZA, Maria Elena Viana Souza. Considerações sobre a (não)implementação da lei 10.639/03 em Escolas públicas do município do rio de janeiro. 34ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2011; Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. 32ª Reunião Anual da ANPED - GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21, 2009.

Quadro 2 – Síntese dos resultados de pesquisas sobre política curricular e relações raciais

GÊNERO – ANAIS DA ANPED	AGENTES ENUNCIADORES	ENUNCIADOS
25ª Reunião Anual 26ª Reunião Anual 30ª Reunião Anual 34ª Reunião Anual	SISS (2002); VERÍSSIMO (2003); PEREIRA (2007); SOUZA (2011).	Políticas de caráter reparatório, compensatório ou de ação afirmativa.
27ª Reunião Anual 28ª Reunião Anual	VERÍSSIMO (2004); GONÇALVES; SILVA (2005); RODRIGUES (2005).	Política Educacional articulada à exclusão educacional e racial.
28ª Reunião Anual 33ª Reunião Anual	VELOSO (2005); TOMAIN & LIMA (2010).	Políticas educacionais contrárias às cotas evidenciada na representatividade de professores.
28ª Reunião Anual 29ª Reunião Anual	MIRANDA (2005); MENIN & SHIMIZU (2006).	Políticas de cotas restritas apenas ao grupo beneficiário (negro).
29ª Reunião Anual 32ª Reunião Anual	ROSA (2006); SOUZA (2009).	Política como uma abordagem culturalista de subversão de valores discriminatórios
31ª Reunião Anual 32ª Reunião Anual	JESUS (2008, 2009).	Política como micro-ações afirmativas cotidianas.
34ª Reunião Anual	BARBOSA; LIMA (2011); MARQUES (2011).	Discursos de Políticas de Estado, estruturais e universais articuladas.

Fonte: Pesquisa bibliográfica (ANPED GT-21)/2012.

A síntese dos resultados da pesquisa apresenta os gêneros do discurso, neste caso os Anais das Reuniões Anuais da ANPED por ano de publicação, agentes enunciadore e enunciados, estes entendidos como dimensão discursiva, os quais não ocorrem a esmo, mas voltado às relações de poder e apropriado por agentes discursivos, ou seja, alguém que fala para outro alguém. Nesse contexto, os enunciados tomam formas apropriadas de circulação, sejam orais ou escritos, refletem as finalidades específicas de cada contexto sociocomunicativo (BAKHTIN, 2010).

Os Anais das Reuniões Anuais da ANPED constituem um gênero reservado à propagação dos discursos, saberes e informação. Sua circulação em *site* da ANPED permitiu aos seus usuários uma maior e mais efetiva participação na cultura letrada da Política Curricular e Relações Raciais. Em linhas gerais, os Anais possibilitam encontros, debates e discussões, ou seja, permitem as mais expressas intenções discursivas a fim de manter estreitos contatos entre os diversos campos sociais.

Entre outras intenções discursivas dos Anais, destacam-se alguns enunciados que expressam de um lado as experiências de Universidades Federais e

Estaduais, nas quais as Políticas Educacionais, no tocante a reservas de vagas, foram implementadas e, por outro as ONGs antirracistas voltadas para a inclusão de alunos negros no Ensino Superior brasileiro.

Assim, a adoção de Políticas de Ações Afirmativas parte de uma perspectiva extremamente individual para uma lógica coletiva, pois não se trata mais de “proteção aos desvalidos” (SILVA, 2003) pelos efeitos da discriminação e mesmo evitar e prevenir outras manifestações de preconceito.

Quanto às intenções discursivas dos textos relacionados com a Lei nº 10.639/2003, estas se configuram como uma conquista para o negro brasileiro e avançam na direção da construção cotidiana de novas relações sociais. Contudo, no decorrer do trabalho, nosso entendimento é de que a Lei nº 10.639/03, se trabalhada dentro da perspectiva da superação do *dilema brasileiro raça/cor* (SKDMORE, 2012; DAMATTA, 1996; GUIMARÃES, 1996; TELLES, 1996; SCHWARCZ, 1993; COELHO; COELHO, 2008; SILVA JÚNIOR, 2000), ainda em trânsito no século XXI, é como incluir sem preterir e integrar, reconhecendo as peculiaridades afrodescendentes, tanto aquelas advindas do processo histórico social singular brasileiro quanto aquelas que conferem uma identidade particular ao referido grupo.

Assim, a compreensão dos novos sentidos e possibilidade de uma construção democrática que tenha por base o reconhecimento de nossas diferenças étnico-raciais de inserção no sistema educacional, a qual se impõe pela necessidade de políticas preocupadas com reparações, compensações e ou ações afirmativas (SISS, 2002; VERÍSSIMO, 2003; PEREIRA, 2007; SOUZA, 2011), que visam assegurar condições de acesso e tratamento igualitário para os negros em todas as esferas da vida social.

Destarte, as pesquisas sobre Educação e Relações *Raciais* foram ampliadas na última década no Brasil, favorecendo a abertura de espaços de discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas escolas. Desse modo, concluímos que esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (Coord.) **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas. In:

- COSTA, Marisa Vorraber (Org). **A escola básica na virada do século: cultura, política e educação.** São Paulo: Cortez, 1996. p. 25-43.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem.** 14.ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Valci Aparecida; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Programa de integração e de inclusão étnicorracial: ações afirmativas na UNEMAT: uma questão de (re) educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: ANPED 34, 2011. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-195%20int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Tendências recentes do currículo do Ensino Fundamental no Brasil. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá. (Org.). **Os currículos do ensino fundamental no Brasil.** Campinas: Fundação Carlos Chagas, 2000.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos.** São Paulo: Claro enigma, 2012, p.96-107.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.** Parecer CNE/CP3/2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. ° 10.639, de 09 janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.
- CASHMORE, Ellis et al. **Dicionário das relações étnicas e raciais.** Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía et al. Concepções político-educacionais excludentes notas em curso. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía , COELHO, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença.** Belo Horizonte: Mazza, 2008.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente.** 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora UNAMA, 2009.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores. **Cronos**, Natal, v.7, n.2, p. 303-309, jul./dez. 2006.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade.** Belo Horizonte: Mazza, 2008.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Silêncio e cor: relações raciais e a formação de professoras no estado do Pará (1970-1989). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 30, 2007. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT21-2998--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

DAHLET, V. A entonação no dialogismo bakhtiniano. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DAMATTA, Roberto. Notas sobre o racismo à brasileira. In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais: da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

DUARTE, Evandro C. Piza et al. **Cotas raciais no ensino superior**. Curitiba: Juruá, 2008.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman. 2004.

GATTI, Bernadete. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil: 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 44, p.3-17, 1983.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GIROUX, Henry. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry; McLAREN, Peter. Formação de professor como uma Contra-esfera: pedagogia radical como forma de política cultura. (Org.). In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. 11 ed. Tradução Maria Aparecida Batista. São Paulo, Cortez, 2009.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência do EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Joaquim Barbosa. O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (Org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, p.389-409, 2000.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio, CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Cotas étnicas e democratização da universidade pública. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v.9, n.53, p.55-61, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira da. A questão do negro e políticas públicas de educação multicultural: avanços e limitações. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005. Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 28, 2005. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista da ANPED**, n. 63, p.34-48, set./ out./ nov./ dez. 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos**. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

JESUS, Regina de Fátima de. Micro-ações afirmativas no cotidiano de escolas públicas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED 31, 2008. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT21-4138--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

JESUS, Regina de Fatima de. Práticas pedagógicas evidenciam micro-ações afirmativas Cotidianas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. **Sociedade, cultura e educação: novas regulações?** Caxambu: ANPED 32, 2009. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT21-5231--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Tradutora Lilian Ulap. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 423-483, 1994.

MAINARDES, Jefferson. A organização da escolaridade em ciclos e as políticas de

currículo. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7, n.1, abr. 2011.

MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. A manifestação do preconceito e da discriminação racial na Trajetória dos alunos negros bolsistas do PROUNI. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: ANPED 34, 2011. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-470%20int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MENIN, Maria Suzana De Stefano; SHIMIZU, Alessandra de Moraes. Representações sociais de diferentes políticas de ação Afirmativa para negros, afrodescendentes e alunos de Escolas públicas numa universidade brasileira. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos**. Caxambu: ANPED 29, 2006. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-2440--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MIRANDA, Claudia. Narrativas sobre “cotas” em jornais: o híbrido e o grotesco nos discursos de resistência frente à perspectiva afrodescendente de interculturalidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 28, 2005. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21), Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, p. 757-776, Especial out. 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. Propostas de ações afirmativas para o acesso da população negra ao Ensino Superior no Brasil. In: QUEIROZ, Delcele et al. **Educação, racismo e anti-racismo**. Salvador: Programa A Cor a Bahia/UFBA, p. 69-96, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 62, p. 164-183, dez. 2015.

OLIVEIRA, Iolanda. Raça, currículo e práxis pedagógica. **Cadernos PENESB**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 41-67, nov. 2006. (Cadernos 7)

PEREIRA, Amauri Mendes. Quem não pode atalhar, arroteia!: reflexões sobre o desafio da práxis dos educadores dos agentes da Lei 10.639/03. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 30, 2007. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT21-3775--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ROCHA, Helena do socorro Campos da. A experiência da Lei nº 10.639/2003 CEFET-PA Formação inicial e continuada. In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía, COELHO, Mauro Cezar (Org.). **Raça, cor e diferença**. Belo Horizonte: Mazza,

2008.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Movimento negro, raça e política educacional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 28, 2005. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://28reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ROSA, Maria Cristina. Os professores de arte e a inclusão: o caso da Lei 10639/2003. In: : REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos.** Caxambu: ANPED 29, 2006. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT21-2610--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, Sales Augusto. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo no Brasil: quando inclusão combina com exclusão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Agenda Brasil:** temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 430-443.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa: a Lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro. In: GUIMARÃES, Antônio S. Alfredo. **Tirando as máscaras:** ensaios sobre racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/SEF, 2000.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Anti-racismo:** coletânea de leis brasileiras, federais, estaduais e municipais. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos:** estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Org.). **Educação e ações afirmativas:** entre a justiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas:** entre a justiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SISS, Ayhas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros. Políticas de ação afirmativa e educação: algumas considerações. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED 25, 2002. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/SISS-%20Ahyas.%20AFROBRASILEIROS%20POLITICAS%20DE%20ACAO%20AFIRMATIVA%20E%20EDUCACAO%20ALGUMAS%20CONSIDERACOES.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SOUZA, Maria Elena Viana. Considerações sobre a (não)implementação da lei 10.639/03 em escolas públicas do município do rio de janeiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal: ANPED 34, 2011. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em:< <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-396%20int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SOUZA, Maria Elena Viana. Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009. Caxambu, **Sociedade, cultura e educação: novas regulações?** Caxambu: ANPED 32, 2009a. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT21-5547--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SOUZA, Maria Elena Viana. Diálogos possíveis entre concepções de currículo e a Lei 10.639/03. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32., 2009, Caxambu. **Sociedade, cultura e educação: novas regulações?** Caxambu: ANPED 32, 2009b. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT21-5547--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SISS, Ayhas; OLIVEIRA, Iolanda de. Trinta anos de ANPED, as pesquisas sobre a educação dos afro-brasileiros e o GT-21: marcas de uma trajetória. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 24, 2001. Disponível em:< http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho_encomendado_gt21-_ahyas_-_int_.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SKDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

TELLES, Edward. Início no Brasil e fim nos Estados Unidos? **Revista Estudos Feministas**, n.1, p. 194-201, 1996.

TOMAIN, Valquiria Rodrigues Reis; LIMA, Rita de Cássia Pereira. Representações sociais de professores do ensino médio sobre cotas para negros na universidade: o mito da democracia racial. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Educação no Brasil: o balanço de uma década.** Caxambu: APNDED 33, 2010. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21), 2010. Disponível em: <

<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT21-6780--Int.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

VELOSO, Geisa Magela. Cotas na universidade pública: direito ou privilégio? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005. Caxambu, **Anais...** Caxambu: ANPED 28, 2005. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://28reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

VERÍSSIMO, Maria Valéria Barbosa. Educação e desigualdade racial: políticas de ações afirmativas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003. Poços de Caldas. **Novo governo. Novas políticas?** Poços de Caldas: ANPED 26, 2003. (GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21). Disponível em: < <http://adami.adv.br/raciais/17.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2000. p. 07-72.